

IDEAS MODERNAS SOBRE A COLONIZAÇÃO AFRICANA

(A OCUPAÇÃO DA ÁFRICA PELOS EUROPEUS)

I

O Convegno «Volta» — 1938

1. Dei a esta conferência o título de *Idéas Modernas sôbre a colonização de África*; mas deveria, talvez, dizer com mais propriedade ou acrescentar a modo de sub-título: *Os italianos em África* ou *Teorias e práticas da colonização italiana, comparadas com as dos portugueses*. A razão é que, na minha conferência, a acção dos italianos em África constituirá, porventura, o seu principal objecto de interesse e porque, — para mim português —, falando da acção colonial italiana sou, naturalmente levado a compará-la com a dos meus compatriotas.

Se unicamente falasse para italianos seria, na verdade, imperdoável presunção abordar, nesta casa, um tema que elles são mais competentes para expor do que eu; mas, não devemos esquecer que o *Instituto Italiano* se destina a difundir *entre os portugueses* a cultura italiana e que esta cultura comporta,

no século presente, não só as artes da palavra, do desenho e da música, as ciências lógico-experimentais e as diferentes técnicas, mas também as ciências político-sociais, entre as quais assume cada dia maior relêvo, a *Ciência da Colonização*.

Há portanto, também, uma *cultura colonial italiana*, caracterizada pelo renascimento do *espírito colonial italiano* o qual se manifesta, — como me foi dado observar —, com a maior intensidade e brilho, em tôdas as formas de actividade social susceptíveis de tomarem por objecto fundamental a colonização exterior, designadamente a colonização africana.

E porque tive o prazer e a honra de tomar parte no *Convegno «Volta»* — 1938, cujo tema foi «*África*» e no qual italianos e estrangeiros puderam exprimir livremente as suas opiniões sobre todos os problemas do chamado «Continente Negro», sem preocupações, — antes com inteira exclusão —, de fins políticos, pareceu-me que poderia, — sem muito presumir dos méritos próprios —, aceitar o convite para expor aos meus compatriotas, que se interessam pela cultura italiana, alguns aspectos desta cultura, reflexo das preocupações coloniais da Itália Moderna.

Fica assim explicada a minha presença nesta Casa e neste lugar e marcado o intuito, — pelo que me diz respeito —, desta Conferência.

Não venho enunciar nenhuma tése original, nem expor conceitos próprios sobre os problemas, dia a dia mais complexos e delicados, da dominação da África pelos europeus. Apresento-me como simples testemunha *de auditu et de visu*, para relatar o que

se passou no *Convegno «Volta»* de 1938. E digo *de visu*, porque a *Reale Accademia d'Italia* promoveu, — com anuência e colaboração de S. E. o Marechal BALBO, governador geral da Libia —, uma visita aos trabalhos de colonização europêa na Tripolitânia, querendo assim ilustrar com um «exemplo de aplicação» o valor prático das teorias defendidas pelos colonialistas italianos.

2. Coube à Secção de Ciências Morais e Políticas da Academia Real de Itália, convocar a Reunião «Volta» de 1938, e escolher o tema central dos estudos e discussões.

Com notável sentimento das oportunidades a Academia escolheu o tema «África» ou, mais precisamente, — como acentuou S. E. ORESTANO, ilustre Académico e presidente do *Convegno* —, a *África em função da Europa*, visto que o enorme continente que vai do Cabo Branco, no Mediterrâneo, ao Cabo da Boa Esperança pertence à Europa geográfica e economicamente. Ficaram, porém, excluídos do objecto da Reunião «Volta» os dois únicos estados africanos independentes: O Egipto — de antiquíssima e original civilização —, e a União Sul Africana, criação recente da Europa. Foram, sem dúvida, justos melindres políticos que determinaram esta exclusão.

Mas, mesmo assim amputado, o objecto do *Convegno «Volta»*, ficaria ainda de tal amplitude que nêle caberiam todos os problemas da sociologia, da geografia humana, da política, da etnologia, da geo-

logia, da climatologia, da higiene, das artes, da literatura; em suma de todos os ramos do saber humano susceptíveis de se considerarem aplicáveis à África.

Judiciosamente, porém, a Academia Real de Itália precisou em oito sub-temas ou secções os problemas gerais que mais convinha tratar, sem contudo restringir, por uma interpretação demasiado literal dos enunciados, a liberdade de cada um expor as próprias idéas ou o resultado dos seus estudos e meditações. Só com a restrição já apontada, — legítima, aliás, numa reunião internacional de carácter científico —: não se discutirem teses políticas.

Como se vê, a liberdade de pensamento e de expressão não é incompatível com os chamados regimens autoritários...

Por me parecer que os oito sub-temas traduzem com a necessária concisão e clareza o intuito dos organizadores do *Convegno* passarei a enunciá-los.

Foram êles:

- 1.º Orientação actual da Africanística;
- 2.º Regiões de povoamento e possibilidade de aclimação das raças europeias na África tropical;
- 3.º Atitude das populações indígenas perante a civilização europeia;
- 4.º Problema da propaganda das religiões entre as populações pagãs da África;

- 5.º Política social para com os indígenas e modos de colaboração com êles;
- 6.º Formas de cooperação económica internacional para a valorização dos territórios africanos;
- 7.º As grandes vias de comunicação e o regímen de transportes no continente africano;
- 8.º Razões de solidariedade europeia; futuro e defesa da civilização europeia em África.

3. Como se vê, nenhum dos aspectos essenciais porque se pode considerar o complexo problema da África, *continente complementar da Europa*, — como lhe chamou MUSSOLINI —, deixa de ter cabimento nos enunciados propostos. Na verdade todos ou quasi todos êsses aspectos foram considerados nos cento e tantos trabalhos apresentados, alguns — a maioria —, de altíssimo valor científico ou prático e subscritos por individualidades que se podem considerar eminentes nos diversos ramos culturais que formam, no seu conjunto, a vasta ciência de África; a AFRICANÍSTICA.

Pertenciam essas personalidades a todos os países da Europa que, directa ou indirectamente, por uma ou por outra forma, tem contribuído para o conhecimento ou para a civilização do continente africano.

Lá se encontravam portugueses e espanhois,

ingleses e franceses, belgas e holandeses, alemães, noruegueses, suecos, suíços, polacos, búlgaros, jugo-eslavos, etc.; mas particularmente brilhante foi a representação italiana, constituída por 62 personalidades eminentes quer pela categoria social, quer pelos serviços prestados, na guerra e na paz, à constituição do império italiano, quer pelo alto valor científico dos seus trabalhos ou do ensino universitário.

Citarei apenas os nomes de S. S. A. A. o PRÍNCIPE AMADEU DE SABOIA, Vice-rei da Etiópia, e PRINCESA ELENA, duquesa de Aosta; de S. S. E. E. os marechais BALBO e GRAZIANI, dos académicos FEDERZONI, ORESTANO, COPPOLA, DE STEFANI, PARIBENI, PETAZZONI, dos professores BUSINCO, DESIO, ALESSANDRO CHIGI, etc. E se mais não cito é somente para não exaurir a lista dos representantes italianos.

4. Compreende-se a preocupação da Itália de enviar ao *Convegno* «Volta» de 1938 a fina flor dos seus colonialistas e em número tão avultado, como se viu. É que a Itália, recenchegada à África, possui ainda o ardente entusiasmo dos neófitos e quis provar, perante a Europa, a sua capacidade colonizadora. Mais ainda, quis demonstrar que lhe bastou somente um quarto de século para criar um escol de colonialistas de primeiro plano e uma verdadeira *mentalidade colonizadora*, a qual não é apanágio exclusivo das classes intelectuais e dirigentes, mas se alastrou nas próprias camadas populares. A visita a Tripoli constituiu, precisamente, a demonstração

prática dêste assêto, — demonstração conclusiva, porque nenhum artifício oficial, nenhuma preparação espectacular se empregou para mascarar a realidade. Os colonos italianos vão para a Líbia, vivem e trabalham na Líbia, estabelecem-se, fraternalmente, ao lado das populações arábicas ou berberes, com tanta naturalidade e segurança, como se o ambiente africano e o contacto com raças diferentes lhes fôsem familiares por velha tradição.

E, na verdade, esta tradição existia antes da expedição de 1911, — a *tradição romana* —; mas encontrava-se, por assim dizer, recalcada no fundo das consciências por um milénio de regionalismos exclusivos e de lutas entre os pequenos estados da península.

Não sou adepto incondicional do determinismo geográfico; mas tenho de reconhecer que existe um paralelismo, pelo menos curioso, entre a linha de evolução da história romana, na época clássica e a linha de evolução da história contemporânea da Itália: — a mesma luta pela unidade peninsular; o mesmo fortalecimento da autoridade central; a mesma hipertensão, — digamos assim —, das energias imperialistas, que levaram a antiga Roma aos confins septentrionais da África e impelem a Itália unificada da CASA DE SABOIA, de CRISPI e de MUSSOLINI a seguir as mesmas vias que as legiões romanas trilharam, alguns séculos antes de Cristo, para firmarem na terra africana, a hegemonia e a paz da Roma Eterna.

E, sem querer pronunciar-me sobre um tema deli-

cado das «actualidades políticas», confesso sentir graves apreensões, ao ver que o mesmo determinismo geográfico parece, mais uma vez, levar Roma contra as muralhas de Cártago!...

5. Mas devo abandonar o trilho destas considerações!...

Para os espíritos que seguem, com anciosa curiosidade, a evolução das idéas modernas sôbre colónias e colonização, mais do que vãs filosofias lhes interessará, porventura, o que eu lhes puder referir a respeito das tendências gerais dos estudos do *Convegno* e das preocupações dominantes manifestadas pelos sábios, políticos e administradores coloniais, que nêle tomaram parte.

Iniciaram-se os trabalhos do *Convegno* naqueles primeiros dias de Outubro quando a Europa ainda fremia da emoção provocada pelos «acordos de Munique» e nos corações despontava a esperança do próximo advento de um novo reinado de Saturno...

O «espírito de Munique» dominou o *Convegno*, como afirmou o seu ilustre presidente e terei ocasião de demonstrar.

Eu sei quam pouco valor probativo possuem, para certas questões, os números das estatísticas; mas, porque neste caso existe correlação harmónica entre a quantidade produzida e o valor intrínseco dos trabalhos, citarei alguns, poucos, números.

Concorreram à Reunião de Roma 130 personalidades que apresentaram 115 trabalhos ou teses.

Pois observa-se o seguinte:

20 trabalhos referem-se ao problema da colonização europeia; isto é, ao problema da aclimação das populações brancas na África tropical;

37 tratam da «política social para com os indígenas e modos de colaborar com êles;

16 ocupam-se das «grandes vias de comunicação no continente africano».

Resumindo, vê-se que dos 115 relatórios ou teses, 73 dizem respeito aos sub-temas 2.º, 5.º e 7.º. Só por si os temas «colonização branca» e «política indígena» constituíram objecto de 57 trabalhos, ou seja de metade das teses apresentadas!

Foram, na verdade, duas preocupações dominantes do *Convegno* de 1938: povoar com a raça branca o continente africano, e promover a conservação das raças indígenas, preocupações de certo modo contraditórias, à primeira vista, porque o estabelecimento dos brancos terá por consequência, quasi inevitável, a destruição ou a segregação dos indígenas.

Querendo, porém, formular um juízo geral, independente dos números, do que foram aquelas tendências gerais e preocupações dominantes, julgo que poderei consegui-lo, sintetizando-o nas cinco proposições seguintes:

1.^a A África constituiu uma dependência geográfica, cultural e económica da Europa; logo: a *África pertence aos europeus*;

2.^a A Europa necessita encontrar em África territórios adaptados ou adaptáveis à fixação da raça branca, para nêles colocar o excedente das suas populações;

3.^a A colonização europeia deve ser orientada de modo a atenuar, na medida do possível, a crise eminente, — já manifestada em algumas colónias —, do contacto das raças, que pode levar ou a lutas de nacionalismos e religiões (países islâmicos) ou à extinção das raças indígenas (África tropical e sub-tropical).

(N. B. — A estes problemas se referem não só os 37 relatórios do 5.^o sub-tema; mas todos os do 3.^o e do 4.^o, no total apresentaram-se 51 estudos sobre as relações entre europeus e indígenas).

4.^a A ocupação e civilização da África pelos europeus, consideradas nos seus três aspectos de povoamento, apetrechamento económico (sobretudo vias de comunicação) e exploração das riquezas, só poderão efectuar-se para maior benefício da Europa, mediante a colaboração de todos os povos europeus.

5.^a (A modo do corolário): O progresso e a

defesa da civilização europeia, em África, são motivos de solidariedade da Europa, perante o resto do mundo.

Devo declarar, desde já, — para tranquilidade dos meus ouvintes portugueses —, que a colaboração e a solidariedade preconizadas não implicam, na opinião dos seus doutrinários, — pelo menos ostensivamente —, a idéa de condomínio político dos territórios ou de redistribuição das colónias.

Convém lembrar, entretanto, que o *Convegno* «Volta» de 1938, — como observou o seu ilustre presidente —, funcionou, mal grado os seus participantes, na atmosfera dos «acordos de Munique» e, segundo uma expressão moderna, «pensou europeu».

Não pretendo desenvolver e comentar, como o merecem, cada uma destas cinco proposições, porque excederia, largamente, o âmbito de uma conferência, sobretudo se tentasse seguir *pari passu* cada um dos 115 relatórios apresentados; mas ser-me-á talvez permitido, acrescentar ao enunciado algumas breves explicações.

Elas constituem, aliás, o principal objecto desta conferência.

II

A Africa pertence aos europeus; ela é o complemento natural, económico e político da Europa

6. Os geógrafos do século XIX davam de «continente» uma definição tão imprecisa, como impreciso era o conceito que do próprio objecto formavam e ainda hoje formam; por exemplo, «continente é a terra firme oposta ao mar e ilha» (definição antiga) ou «grande extensão de terra sem interrupção de continuidade» (definição moderna).

Como observou o ilustre académico espanhol, D. EUGÉNIO D'ORS, o conceito geográfico de «continente» pode ser mais ou menos estático, ao passo que o conceito cultural é essencialmente dinâmico; os limites dos continentes variam, em cada época com o avanço ou recuo da área de expansão de uma dada cultura.

O mesmo se pode dizer do conceito político ou económico.

Em geografia descritiva a África pode ser um continente distinto da Europa e da Ásia; mas se tivermos em conta os caracteres geológicos, zoológicos e fitológicos, o norte de África, do Mediterrâneo aos desertos, pertence à Europa meridional; pelo contrário, a península arábica pertence à África sub-tropical. Em ambos os casos o mar Mediterrâ-

neo e o Mar Vermelho — ou o Mar Roxo, como lhe chamavam os nossos navegadores e geógrafos —, não separam três continentes distintos, mas representam simples acidentes geográficos, insusceptíveis de estabelecer aquela descontinuidade estrutural, que parece implícita nas definições clássicas de «continente».

Como acentuou o mesmo ilustre académico espanhol, é mais profunda a separação estabelecida, entre a África do Norte ou mediterrânea e a África Tropical, pelos desertos chamados arábico, líbico, e do Saará, do que a estabelecida pelo Mar Mediterrâneo entre a África Latina (de Ciréne às Colunas de Hércules) e o sul da Península Hispânica, a Itália meridional, a Sicília e as outras ilhas que daquele mar emergem.

Mas se a Natureza fez da África do Norte um prolongamento, além-mar, da Europa latina, o simples determinismo geográfico não basta para explicar o facto histórico da apropriação, pela Europa, não só daquela faixa do continente africano, como de toda a África, com excepção do Egipto.

Considerando em primeiro lugar o fenómeno da civilização mediterrânea, ocorre perguntar porque exerceu sempre a Europa tão acentuado domínio sobre a África e nunca se produziu o movimento inverso: o domínio da Europa pela civilização africana. Excluo, como é lógico, as influências das civilizações cartaginesas e árabes na Espanha, na Sicília, e na Itália meridional, porque embora recebidas por intermédio da África, o foco de irradiação estava na Ásia.

É curioso constatar — e o facto foi pôsto em evidência, no *Convegno* —, que a África jamais foi berço de uma civilização original completa e progressiva, — com uma só excepção: o Egipto. Mas a civilização egípcia, embora a mais antiga do mundo, por causas étnicas mal definidas e por motivos geográficos evidentes, viveu sempre sôbre si mesma, sem fôrça de irradiação para fora do seu berço. Pelo menos não se conhece, até hoje, nenhum foco de civilização egípcia, fora do Vale do Nilo.

Todas as civilizações que a história regista, em diferentes épocas, na extensa faixa de terra africana, que vai da Cirenaica à Tingitânia, foram civilizações exóticas, provindas da Fenícia, da Grécia, de Roma ou da Arábia ou introduzidas, nos tempos modernos, pelos portugueses, espanhois, franceses e italianos, isto é, pelos herdeiros e continuadores da velha civilização latina. Os povos de África, númidas, berberes ou mouros, parecem atávicamente incapazes de criar uma civilização própria ou de assimilar, profundamente, as que receberam, no decorrer dos séculos, dos dominadores estrangeiros. O que não impede, — como é sabido —, que tenham conservado nos usos e costumes, nas tradições e nas artes, vestígios dêsses ensinamentos. O islamismo, que rapidamente se difundiu entre estes povos, estabilizou, — esterilizando-as —, as suas faculdades criadoras, se algumas possuem.

Também os africanos não foram criadores de impérios, tendo sido porém, algumas vezes, dominadores ferozes. Cartago perdurou durante alguns

séculos, porque foi um império fenício-grego implantado num ambiente berbere; os impérios árabe-berberes subsistiram sômente enquanto receberam o impulso que vinha do Oriente. Quando êste fraquejou a civilização árabe-berbere recuou em tôda a parte: na Espanha, na Sicília, na Itália.

Os vestígios de antigas civilizações que se encontram, por vezes abundantes, no norte de África, devem-se, quâsi exclusivamente, aos dominadores estrangeiros: aos romanos e aos árabes os da antiguidade e da Idade Média; aos portugueses e espanhois os que datam do século xv e seguintes. Aos dominadores actuais, franceses e italianos, deve-se a paz, a prosperidade, a vida das mesmas regiões; êles criaram todo o apetrechamento económico da África islâmica. A êles se devem as estradas e os portos, os edifícios e os monumentos e até a água preciosa, que vivifica a terra.

O próprio renascimento do islamismo que se observa em Marrocos, na Argélia, na Tunísia e na Líbia é obra dos dominadores cristãos; êles reedificaram as mesquitas, abriram as escolas e criaram as universidades da cultura muçulmana.

A Europa *criou* a África moderna e legitimamente a possui.

7. Se da África Latina, ou África do Norte, ultrapassando a zona dos desertos, passarmos à África Negra, a que estende entre os trópicos e se prolonga mais ao Sul até ao Cabo da Boa Esperança, constata-se a mesma incapacidade das raças indígenas

para criarem uma civilização própria e saírem do estado de barbaria em que os encontraram os primeiros exploradores árabes e, séculos depois, os europeus.

Como lucidamente demonstrou um dos mais distintos geógrafos italianos modernos, o professor GIOTTO DAINELLI, na África em geral, e na África Negra em especial, as sociedades humanas ainda não constituem *povos*, porque não passaram das formas primitivas ou fundamentais das sociedades: a família e a tribu. Por isso, ao falarmos das populações indígenas da África (com excepção do Egito), se podemos reconhecer e classificar *raças*, não é legítimo mencionar *povos*, porque a formação destes pressupõe o esbatimento das distinções raciais dentro da unidade cultural e a existência de um ambiente distinto. Só os povos podem criar civilizações e impérios.

Não posso apontar, no limitado tempo desta conferência, as razões profundas da incapacidade das raças indígenas para constituírem povos. O professor DAINELLI filia-as no facto, — da paisagem africana carecer de «regiões naturais nitidamente definidas e limitadas». Não creio, porém, que tais razões bastem para explicar o fenómeno; mas aceito, como facto incontestável, que esta incapacidade existe e que as suas naturais conseqüências foram e são a destruição das próprias raças pelas guerras, epidemias, fomes e carência de cuidados higiénicos e a destruição progressiva das riquezas naturais do solo. Como escreveu o professor e académico sr. ORESTANO ao referir-se às formas de agricultura indígena:

— «as terras tornam-se estéreis e as florestas são destruídas sistematicamente pela sua absoluta ignorância e absoluta imprevidência». Em compensação, «onde o europeu se estabelece, desenvolve as suas culturas e organiza o território, o próprio clima africano muda».

Esta tem sido, com efeito, uma das formas por que o homem europeu exerce a sua acção civilizadora em África; mas podemos acrescentar que aos povos colonizadores se deve, também, o descobrimento e a exploração das riquezas do solo, o saneamento das terras, o apetrechamento económico do território, a polícia dos costumes e a educação das raças indígenas e que, para conseguirem tais resultados, aquêles povos dispenderam, generosamente, sangue, vidas e fazendas.

Da Ásia, — lembrou ainda o mesmo ilustre académico de Itália —, só passaram à África conquistadores e traficantes de escravos; passaram, destruíram e foram-se! Nos nossos dias, os caçadores de escravos foram substituídos pelos mercadores de *pacotilha*, pouco menos nocivos que os antecessores...

Da América, — particularmente da América do Norte — só têm passado a África turistas ou caçadores de feras, em busca de emoções fortes, e... cineastas!

Só a Europa, portanto, tem desbravado e civilizado a África; só a Europa tem direito de possuí-la!

Esta é a tese do *Convegno* «Volta»!

Por minha parte, entendo que os mesmos justos motivos que valem para a Europa, em conjunto,

devem valer, com mais forte razão, para cada uma das nações, que, pelo seu próprio esforço, descobriram, conquistaram e civilizaram qualquer porção da mesma Africa!

III

A Africa, terra de colonização branca

8. Meus Senhores! Parece que a Europa continua a produzir gente em excesso, a qual, por já não encontrar nos territórios de origem as condições necessárias de vida, transborda e derrama-se pelas outras partes do mundo.

Assim o dizem alguns sábios e muitos políticos.

Do *Convegno* «Volta» foram excluídas as teses e discussões políticas; com mais forte razão devem ser excluídas desta casa e da minha conferência. Por isso me absterei de analisar se estamos em presença de um fenómeno geográfico e fisiológico, ou de um facto social — também muito digno de estudo — mas de natureza bastante diversa, proveniente de outras causas e visando outros fins.

Contentemo-nos pois, — como fizeram os participantes do *Convegno* — com a verificação da existência do facto social da expansão e com o estudo objectivo das condições do estabelecimento das raças europeas na África, sobretudo na África Tropical.

Começarei por observar que dos 20 trabalhos que apareceram subordinados à rubrica do 2.º Sub-tema

(Regiões de povoamento na África Tropical), 10 são italianos, 3 alemães, 3 ingleses, 2 franceses, 1 holandês e 1 português.

Deve observar-se, todavia, que só os trabalhos italianos, alemães, holandeses e portugueses se ocupam, propriamente, do problema do povoamento europeu, no sentido de «aclimação ou enraizamento da raça branca nos países tropicais» e que, ainda assim o trabalho holandês — aliás de grande valor científico e documental —, se reduz ao estudo de alguns casos accidentais de aclimação nas Índias Neerlandesas e de nenhum modo traduz a preocupação político-social de transplantar para aquelas ilhas uma parte da população metropolitana.

Os trabalhos ingleses e franceses, consideram de preferência, o problema da adaptação dos *individuos* às condições de vida nos trópicos ou à utilização de elementos demográficos não europeus, (mouros e libano-sirianos) para povoamento de certas colónias da África tropical.

Na verdade, só os italianos, os alemães e os portugueses, — ao que se me afigura —, demonstraram, nos trabalhos apresentados, a preocupação efectiva de encontrarem em África lugares favoráveis para o estabelecimento perpétuo de famílias europeas, das respectivas nacionalidades. Das causas finais destas preocupações nada direi, por obvias razões.

A importância dos trabalhos italianos, quer pelo número, — 10 memórias ou comunicações —, quer pelo seu valor intrínseco, é considerável.

Todos os aspectos: — o geográfico, o físico, o

biológico e mesmo o económico —, do problema da colonização, foram estudados. É certo que muitas conclusões são imprecisas ou apenas provisórias e algumas parecem mesmo, contraditórias; mas, no conjunto o alto valor dos trabalhos italianos, é incontestável.

Eles constituem um corpo de doutrina que a nós, portugueses, muito importa conhecer, embora, — como é natural —, alguns estudos italianos visem, de preferência, os territórios da Líbia, que estão fora da zona tropical e, por isso, tenham para nós menor interêsse.

Sinto muito não poder dar um resumo de cada um destes relatórios; não quero, porém, privar-me do prazer de algumas referências a três dêles.

9. Intitula-se o primeiro destes trabalhos: *Ambiente fisico e civiltà nel continente africano* e é devido ao ilustre geógrafo e sociológico Professor DAINELLI. Depois de investigar as causas geográficas e climáticas que se opuseram, durante séculos, à penetração dos europeus no interior do continente negro, o autor demonstra que a estas mesmas causas se deve atribuir a incapacidade dos africanos para criarem uma civilização própria digna deste nome. Tendo feito uma análise profunda das condições climatéricas, o Professor DAINELLI procura demonstrar que no continente africano se podem distinguir duas Áfricas: a África Baixa e a África Alta e conclue que a «civilização» só poderá desenvolver-se e atingir o alto grau da civilização europeia, na África Alta; com

uma condição porém: a de nela se fixar a raça branca.

Esta fixação, o autor julga-a possível.

A África-Baixa jamais permitirá o enraizamento da raça branca e está, portanto, destinada a ser o refúgio da raça negra, porque só esta possui as qualidades físicas necessárias para suportar o rigor do clima. Todavia esta África, — a mais rica —, só poderá produzir todas as suas riquezas se o homem branco tomar a direcção dos trabalhos. Abandonados a si mesmo, os homens de côr jamais sentirão a necessidade e aspiração de melhor vida, que são as causas primárias dos progressos materiais e morais, que o mesmo é dizer, da civilização!

10. O outro trabalho a que desejo consagrar algumas palavras é o do ilustre professor da Universidade de Milão, ARDITO DESIO que escreveu sobre *Regioni di popolamento delle stirpi europee nell'África tropicale*. O Professor DESIO, depois de analisar os factores climatéricos, morfológicos, sanitários, económicos e antropológicos, dos quais dependem as possibilidades de aclimação da raça branca, estuda — de um modo geral — as regiões de África em que se observa a conjunção destes factores e chega à conclusão de que essas regiões estão sob o domínio de três países: Portugal, Itália e Inglaterra.

As respectivas superfícies estão entre si como 3: 3: 7.

Tive muito prazer em constatar que o Professor DESIO, depois do seu desenvolvido e conscien-

cioso estudo, chegou a conclusões idênticas àquelas a que chegaram vários colonialistas portugueses, cujos trabalhos tive ocasião de citar na Comunicação que apresentei no *Convegno*; entre outros os Drs. NASCIMENTO e ALEXANDRE MARTINS e Coronel ROMA MACHADO.

Assim, o Professor DESIO tendo constatado, — como já o fizera o Professor DAINELLI —, que na África Tropical, a aclimação da raça branca só é possível nas terras altas, fixa entre 1.200 e 3.000 metros as altitudes limites. Abaixo de 1.200 metros a aclimação é praticamente impossível, porque as altas temperaturas coincidem com os altos valores da humidade relativa. Acima de 3.000 metros, o abaixamento barométrico provoca o aumento de pulsações cardíacas e a energia disponível para a execução de qualquer trabalho físico ou intelectual continuado, é insuficiente.

A experiência portuguesa, como tive a honra de demonstrar na minha comunicação, fixa em 1.400 ou, melhor, 1.500 metros, a altitude mínima das terras próprias para a colonização europeia. Entre 1.000 e 1.400 metros a adaptação temporária do organismo europeu às secções climatéricas é, talvez, mais fácil do que nas regiões baixas e permite, por isso, maior permanência seguida; mas a necessidade periódica de retemperar o organismo em climas mais favoráveis é inevitável.

Esta questão do povoamento europeu nas regiões tropicais apresenta-se, aliás, ainda bastante confusa, como tivemos ocasião de verificar no próprio *Convegno* «Volta». E' frequente confundirem-se as duas

noções: «adaptação individual» e «aclimação da raça» ou «enraizamento», como dizem os ingleses.

A «adaptação individual», sobretudo dos homens, é freqüente. Conhecemos casos de europeus que têm permanecido ininterruptamente, durante 20 e mesmo 30 anos em Angola, sem apresentarem sinais de depauperamento. Os exemplos de missionários e funcionários com 10 anos de permanência seguida em maus climas são freqüentíssimos. Mas, o mesmo não se pode dizer das mulheres e, sobretudo, das crianças, as quais têm, forçosamente, de entremear a estadia em África com freqüentes períodos de temperamento na Europa.

Os italianos creio que têm feito idênticas constatações.

Está provado que o europeu pode residir nas regiões tropicais e mesmo nas equatoriais, por períodos mais ou menos longos, sem prejuízo grave do seu organismo, desde que viva numa região devidamente saneada e adopte um régimen alimentar e de trabalho especial. Todavia, sejam quais forem os cuidados adoptados, a acção combinada e permanente do calor e da humidade excessivos, determina, invariavelmente, a anemia tropical, caracterizada pelo abaixamento das energias físicas e psíquicas e pela irritabilidade do carácter. Êste último fenómeno é bem conhecido: os franceses chamam-lhe a *sudanite* (ou doença de Sudão); nós podemos chamar-lhe a *angolite* ou melhor a *luandite*, porque se observa, no estado endémico, nas regiões de clima tropical da nossa África Ocidental; em Luanda, designadamente.

A «aclimação» difere da simples «adaptação» em ser uma «adaptação definitiva» dos indivíduos de ambos os sexos e de tôdas as idades ao clima africano, sem degradação das suas aptidões físicas e psíquicas. Esta adaptação definitiva traduz-se pela possibilidade dos europeus transplantados poderem constituir famílias, criar os filhos e executar todos os trabalhos a que estavam habituados no país de origem. E' indispensável, também, que a fecundidade da raça não diminua e que os descendentes, nascidos e criados em África, não apresentem sinais de degenerescência. A perfeita aclimação parece ter-se verificado em Mossâmedes e nos planaltos de Angola; verificou-se, com certeza, na Índia Portuguesa, onde os descendentes das famílias da metrópole, que lá se estabeleceram nos séculos xvii e xviii, conservam os caracteres somáticos e psíquicos dos ascendentes, talvez mesmo melhorados.

11. O terceiro dos trabalhos, de que me propuz fazer breve resenha, tem, para nós portugueses, muito particular interesse, porque para êle, embora muito indirectamente, de algum modo contribuimos. Intitula-se *Il nuovo ciclo demografico della valorizzazione agraria della Libia* e o seu autor é o sr. LINCOLN NODARI, um italiano que viveu 28 anos no Brasil, onde se dedicou a explorações agrícolas e ao estudo dos problemas da emigração italiana nos estados do sul. Escusado é dizer que o sr. NODARI fala português e é grande amigo, não só dos brasileiros, mas também dos portugueses. Mas é, sobretudo, um emi-

nente patriota italiano, a quem a Libia deve, em avultada escala, a sua prosperidade agrícola actual e as possibilidades do povoamento em massa que se está efectuando.

Em 1923, por indicação do Marechal BADOGLIO, que então era embaixador no Rio de Janeiro, o chefe do Governo italiano convidou NODARI a dirigir as experiências da aclimação da mandioca na Tripolitânia. MUSSOLINI, disse-lhe simplesmente depois de o escutar e em guisa da conclusão: «Ho fiducia in Voi. Vi affido questo compito. Sono sicuro che riuscite». — NODARI, com êste viático do Duce, partiu para o Brasil! Um ano depois desembarcava em Tripoli com a espantosa bagagem de 800 caixotes, cheios de sementes, raízes, enxertos e plantas vivas, representando cêrca de 300 espécies vegetais úteis recolhidas nos estados do sul do Brasil e cuja aclimação desejava ensaiar na Libia.

Nesta «emigração em massa» de espécies botânicas figuravam não só algumas variedades de mandioca, mas também diversas variedades de batata doce, de plantas fibrosas e, sobretudo, de forraginosas.

Com efeito, NODARI, com a intuição segura do homem experimentado e clarividente, avaliara a importância que devia ter, na Tripolitânia, a cultura de forraginosas para o desenvolvimento de pecuária, que é a grande riqueza da população indígena, e quis, ao mesmo tempo, introduzir plantas susceptíveis de fornecerem avultadas percentagens de celulose e de alcool, para dar uma base industrial à actividade agrícola dos futuros colonos.

E assim foi, — facto curioso! — que na Tripolitânia se iniciou a cultura de plantas do Brasil e de... Angola! O seu introdutor continua a designá-las pelos nomes portugueses de *erva elefante*, *capim fino de Angola*, *capim gordura*, *capim flexa*, *mandioca vassourinha*, *mandioca mata-fome* e muitos outros, que lembram a interdependência económica de Angola e do Brasil, no tempo em que os dois territórios eram colónias portuguesas e a navegação para África tinha por escalas obrigatórias alguns portos do Brasil.

Mas, a Tripolitânia é um país árido, onde a água constitui mercadoria preciosa. Sem água não há agricultura, nem colonização. NODARI cogitou muito e estudou muito. Certo dia teve conhecimento da opinião de um geólogo francês, de que nas camadas profundas dos desertos africanos se devia encontrar um grande lençol de água. As razões do sábio convenceram NODARI e por iniciativa dêste e seguindo as indicações de competentes especialistas, abriram-se alguns poços artesianos. O geólogo francês tinha razão! A água repuxou! O problema das regas, na Tripolitânia, estava resolvido e a colonização branca podia iniciar-se!

12. Das restantes proposições em que resumi as tendências do *Convegno* «Volta» pouco direi, para não agravar mais o enfado que devem causar as minhas divagações.

A Europa, à força de repetir a si própria, que estava em África para cuidar do bem-estar das populações indígenas, passou, nas últimas décadas, a

tratá-las como se nelas visse os seus filhos dilectos «nos quais põe tōda a sua complacência».

Na verdade, as nações colonizadoras dispendem, actualmente, em benefício das populações indígenas, o melhor dos seus esforços e do seu dinheiro.

Esta preocupação, — pode mesmo dizer-se: esta anciedade —, traduziu-se nos 37 relatos do 5.º tema (*Política indígena*) e nos 9 relatos do 3.º tema (*Atitude das populações indígenas perante a civilização europeia*). As administrações coloniais procuram não só beneficiar os indígenas, mas preocupam-se ainda, em observar como êles reagem em presença — por vezes *contra* —, os benefícios da civilização europeia.

Esta atitude, talvez excessiva e, por vezes pueril nas suas manifestações, levou alguém a perguntar se não conviria, nas futuras reuniões do *Convegno* introduzir o tema: «Como reagem os europeus perante a barbaria dos indígenas?»

É possível, entretanto, — é mesmo certo — que por detrás da solicitude dos europeus, se encontrem móveis menos altruistas e que o eufemismo «chamar os indígenas à civilização» queira significar, simplesmente, que os europeus se preocupam com o adequado tratamento e conservação de bons instrumentos de trabalho, de consumidores condescendentes dos seus artefactos e possivelmente, ... de bons executores das futuras chacinas dos próprios europeus.

Entretanto, se houvermos de admitir certas teorias produzidas no *Convegno*, é bem possível que a chamada «civilização dos indígenas» seja um mito e que tenhamos, por força da expansão da raça branca em

África, de os relegar, um dia, para as regiões inóspitas da grande floresta tropical, para as explorarem por conta dos brancos. Mas... o futuro a Deus pertence!

Pelo que respeita às teses da «cooperação económica internacional» e da «solidariedade europeia em África», julgo que os espíritos ainda não estão amadurecidos para tanta fraternidade.

¿Se esta «colaboração» e esta «solidariedade» nunca foram possíveis na Europa, como havemos de esperar estabelecê-las em África?

Perdõe-se-me a metáfora; mas julgo impossível que lobos esfaimados confraternizem perante o cordeiro degolado.

Isto significa, talvez, que ainda não me habituei a «pensar europeu», ou que o espírito de Munique» não desceu sobre mim.

IV

A colonização italiana na Líbia e na Etiópia

13. Concedam-me, já agora, que, para terminar, preste homenagem ao espírito colonizador italiano, narrando três episódios típicos da colonização da Líbia e da Etiópia. Serei breve!

1.º Episódio: — *A colonização em massa da Líbia.* — A Líbia foi sempre, tradicionalmente, uma

terra árida. Nos primeiros tempos de ocupação da Tripolitânia, os adversários da empresa clamavam que a Itália sacrificava os seus filhos para conquistar uns centos de quilómetros de desertos de areais e rochedos, onde raros beduínos ferozes apascentavam descarnados rebanhos de ovelhas.

A oposição exagerava, como de costume...

A verdade, porém, é que só nos pequenos oásis regados com água penosamente extraída dos poços, as pequenas culturas indígenas de cereais, oliveiras e palmares era possível.

Todavia o clima da região é saudável e próprio para a colonização branca. Se fôsse possível criar a *Líbia Verde*, que excelentes terras se não poderiam obter para os camponeses italianos?

Já disse como NODARI e os seus colaboradores encontraram as soluções práticas do problema da água e do problema das culturas industriais. O resto, — e era muitíssimo, — dependia somente de dinheiro, de técnica, de organização e de muita energia!

O dinheiro deu-o o Estado italiano, sem contar, profundamente convencido de que semeava para colher cento por um; a técnica forneceram-na os engenheiros, os agrónomos, a mão de obra e as indústrias da metrópole; a organização e a energia encontraram-se personificadas na pessoa de S. E. BALBO, Marechal do Ar e Governador Geral da Líbia.

Sem dúvida já antes de BALBO se desenvolvera na Líbia a agricultura e, com ela, a colonização branca. Mas BALBO, com a sua clara intuição e o

seu largo espírito viu o problema com grandiosidade e atacou-o com a sua habitual impetuosidade. Parece, aliás, ser essa a característica dos homens de estado fascistas.

BALBO, estudou, meditou, consultou os técnicos, fez avaliar os encargos, sopesou as vantagens futuras e, um belo dia, meteu-se no seu avião e foi a Roma conferenciar com MUSSOLINI.

O Duce ouviu o Marechal, lançou os olhos para os planos e decidiu: «Está bem! Faça-se! Tenho confiança em si». BALBO retomou o avião e regressou tranqüilamente a Tripoli! No dia seguinte convocava com os seus colaboradores e iniciavam-se os trabalhos com a maior energia!

Parece que tudo isto se passou nos primeiros meses de 1938. Em Junho, Sua Magestade o Rei VITTORIO EMMANUEL visitou a Tripolitânia e esteve em Gioda, na região do Misurate, onde então se abriram os primeiros poços artesianos e se iniciavam os trabalhos de colonização. Para alojar o Rei e a sua comitiva foi necessário improvisar uma espécie de palácio de taipa e cômlo, porque nenhum outro abrigo capaz lá existia, além das barracas do acampamento de alguns milhares de operários italianos e de trabalhadores indígenas.

Pois, em Outubro do ano findo, as casas dos colonos estavam concluídas e mobiladas, as terras arroteadas e já as primeiras sementes germinavam. Dos poços profundos repuxavam os rios subterrâneos e uma rede de canais de cimento levava as águas às terras, ainda há pouco estéreis e agora verdejantes!

Por todo o vasto horizonte que se descobre do centro urbano de Gioda, avistam-se as casas brancas dos colonos, as terras lavradas, e a filigrana dos caminhos e dos canais de rega!

Nos fins de Outubro, 1.800 famílias, contando mais de 15.000 colonos recrutados em tôdas as regiões da Itália e da Sicília, embarcavam em Génova, em Nápoles e em Siracusa e dirigiam-se em magestoso cortejo naval a efectuar a ocupação da Líbia pela raça italiana!

14. Segundo episódio: — *A transumância marítima.* — Em 1936 uma seca, ainda mais atroz que as habituais, assolou a Tripolitânia. Ainda por êsse tempo não corriam, pelos campos ressequidos, as águas fecundantes, sacadas das entranhas da terra pela ciência e engenho dos *rumis*. Pereciam os gados, — riqueza dos indígenas —, à mingua de água e de pastos e por tôda a Líbia ocidental se elevavam os clamores dos crentes que imploravam em vão a misericórdia de Alá. Mas a Providência Divina tinha ali à mão, para os salvar, o instrumento da sua misericórdia: O MARECHAL BALBO!

Com a decisão e energia próprias do seu carácter, BALBO fez reunir prontamente, em Tripoli, todos os navios a vapor que estavam ao alcance do seu apêlo: 50 vapores! Uns de carga, outros de passageiros! Expediram-se ordens aos alcaides mouros e às autoridades italianas, e para Tripoli convergiram, como puderam, a pé ou em camiões, todos os gados dos oásis e dos desertos flagelados pela seca. Juntaram-se

300.000 cabeças de gado: ovelhas, cabras, cavalos, gericos e os respectivos pastores. Tudo embarcou nos 50 vapores; nas cobertas, nos porões, nos próprios camarotes, dos passageiros. E a frota numerosa pôs-se em marcha para ir desembarcar a sua carga de animais sedentos e descarnados, nos portos da Cirenaica!

BALBO salvara, com uma providência heróica, a riqueza de tôda a Tripolitânia e a própria vida dos indígenas.

Escusado é dizer que o seu prestígio é hoje inabalável entre os árabes e que estes não estão muito longe de o incluírem no número dos seus marabús ou cantões!

15. Terceiro episódio: — *As estradas do Império* — Árabes ou berberes, turcos ou etiopes não são gentes que se ocupem em abrir estradas ou em criar meios de transporte rápidos. Alá, na sua alta sabedoria, só criou a terra para as pègadas dos homens, o passo lento dos camelos ou o trote miúdo dos gericos. Para quê correr, senão para escapar de algum perigo?... Assim pensam os muçulmanos!

Mas, para o homem europeu a vida é uma carreira desordenada e perpétua e onde não há estradas não há vida nem civilização. Por isso os italianos, uma vez fixados na Líbia, logo se preocuparam com a abertura dos caminhos; mas coube ao Marechal BALBO executar uma das mais grandiosas obras da engenharia moderna: a grande via litoral, — a *Litoranea Libica* —, que vai da fronteira da Tunisia à

fronteira do Egipto; 1.822 quilómetros de estrada empedrada, asfaltada e ensaibrada, com as suas obras de arte definitivas, — algumas de grande vão — e, de 30 em 30 quilómetros, as casas dos cantoneiros, com seus postos telefónicos, prontas a abrigar e socorrer os viajantes em perigo! Verdadeira obra de romanos!

O Marechal descreveu num relato apresentado ao *Convegno* «Volta» — 1938, o que foi o esforço ingente desta emprêsa, sobretudo ao circundar a Grande Sirte, lugar famoso na antiguidade como símbolo da esterilidade e da aridez perfeitas...

A média diária de operários empregados nesta obra foi de 13.000, dos quais 1.000 italianos, dirigidos por 20 engenheiros e 500 assistentes técnicos! A média anual da construção atingiu 600 quilómetros, no período de Novembro de 1935 a Fevereiro de 1937!

Maior maravilha, — a meu ver —, foi, porém, a das estradas da Etiópia — o verdadeiro *Império*, no conceito dos italianos!

Como é sabido, a ocupação da Etiópia pelo exército italiano do Marechal BADOGLIO terminou, praticamente, em Maio de 1936, embora só em Janeiro de 1937 cessassem tôdas as resistências.

Pois bem! No próprio mês de Maio de 1936 foi aprovado pelo DUCE um plano de estradas a construir na Etiópia, compreendendo um primeiro grupo, com 2.800 quilómetros de desenvolvimento e outro com 1.100 quilómetros; total: 3.900 quilómetros. Em Julho do mesmo ano embarcavam para a Abissínia os primeiros técnicos; mas a estação das chu-

vas, que entretanto começara, impedia todos os trabalhos, mesmo os de simples estudos no campo. Mas onde há firme vontade de vencer, não há impossíveis!

Em Outubro de 1936, o Duce telegrafava ao engenheiro COBOLLI GIGLI, director supremo dos trabalhos, que lhe proibia regressar à Itália sem deixar «iniciados em vasta escala os trabalhos das estradas». No fim de Novembro de 1936 iniciavam-se êles, efectivamente, com um primeiro contingente de 30.000 operários (!) enviados de Itália por MUSSOLINI. Em Outubro de 1938, — dois anos depois —, estavam já construídos cêrca de 3.000 quilómetros e preparavam-se activamente os projectos e concursos de empreitada para talvez outros tantos!

Não se julgue, porém, que as estradas da Etiópia são simples pistas de terra alisada, abertas em terreno plano ou de baixas colinas. São estradas de país montanhoso, com descidas difficilimas em apertados lacetes, pontes de grandes dimensões lançadas ousadamente por cima de torrentes caudalosas, trincheiras abertas a picão ou à fôrça de explosivos através de rochedos de granito e de diorite. Os pisos são empedrados, alcatroados e ensaibrados; há para-peitos à margem dos precipícios e há sinalização aperfeiçoada e casas de cantoneiros como na Líbia e uma milícia para a polícia dos caminhos.

A Etiópia está pois aberta ao turismo internacional! E a *Consociazione Turistica Italiana*, até já publicou um *Guia Turístico da África Oriental Italiana*, onde se encontram tôdas as indicações indis-

pensáveis para o viajante, incluindo o preço dos *taxis*... em Adis-Abeba!

16. Termino aqui o meu depoimento!

Citando estes três episódios da colonização italiana, quis prestar, como colonialista e colonial português, — o mais apagado sem dúvida —, um tributo de sincera admiração ao génio colonizador da Itália Moderna, encaminhada para destinos gloriosos, sob o símbolo do lictor, pela mão firme e espírito esclarecido do grande italiano e grande europeu, BENITO MUSSOLINI!

ANTÓNIO VICENTE FERREIRA

Professor da Universidade Técnica de Lisboa.